

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 047

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 26 DE ABRIL DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE ABRIL DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Luiz Fernandes da Silva Litro e Luciana Rafagnin.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Queremos dar as boas-vindas, em nome desta Assembléia, aos alunos da Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima, do Bairro Tarumã e às professoras Yara de Lima, Maria Estela e Maria Aparecida. Que sejam bem-vindas à nossa Casa. tenho certeza que a Assembléia também tem orgulho de recebê-los.

Por solicitação do deputado Irineu Colombo, queremos anunciar também a presença, no plenário, do vereador Devoncir Marques Martins, líder do PT, e Lides Marques Martins, presidente do PT, da cidade de Corbélia. Fica registrado nos Anais desta Casa.

Não havendo expediente a ser lido, passamos ao Pequeno Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero inicialmente saudar os alunos da Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima, que nos honram com suas presenças e nos deixam alegres por perceber que professores da nossa rede de ensino, passam a enxergar a importância da participação de estudantes, de jovens no processo de busca do entendimento da cidadania no fortalecimento das suas agremiações estudantis, na participação do dia-a-dia da sociedade. E, no dia de hoje, assistindo uma sessão da Assembléia Legislativa do nosso Estado.

Sejam bem-vindos. Quinta-feira de manhã, meus jovens estudantes, é um dia de sessão menos agitada na Assembléia. Alguns deputado retornam às bases de visitação. Mas, acho que devido à efervescência no momento, vocês podem entender o que se passa na Assembléia. Nós estamos, senhor presidente e senhores parlamentares, vivendo um momento que a Oposição vai ter que escalar deputados para manter ativo determinada denúncia. Nós não conseguimos dar seguimento e finalização a denúncia de escândalos que acontecem no Paraná. E acabamos sendo surpreendidos por um fato novo, de uma nova denúncia que por precisar marcar posição, nos leva a deixar de lado assuntos que merecem destaque.

A Assembléia estava a discutir - com profundidade, a questão da venda da Copel. Péssimo negócio para o Estado do Paraná, entreguismo total e absoluto da principal empresa hidrelétrica do País, que só ano passado deu, de lucro, 430 milhões de reais. E dados de dentro da Copel, deputado Valdir, que nesta semana consegui levantar, a previsão de lucro da Copel para este ano é 700 milhões de reais, 700 milhões de reais de lucro em um ano. E o governo e sua base de sustentação estão querendo vender a Copel. Vender uma empresa deste porte que é estratégia para a Nação.

O senador aprovou, ontem, por ampla maioria, um decreto legislativo exigindo plebiscito popular para a venda da Companhia Hidrelétrica de São Francisco. Como é uma hidrelétrica do Governo Federal - o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados, o Congresso já se manifestou, a Câmara se manifesta agora exigindo plebiscito para vender a Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Nós, aqui no Paraná, não queremos ouvir a população, não queremos discutir com profundidade a questão da venda da Copel. Aqui no Paraná, quer se desfazer única e exclusivamente do último patrimônio que o Estado tem.

Pois bem, dizia no começo, esse assunto foi superado por quê? Porque o governo começou a ter que beber do seu próprio veneno, para não fazer a CPI da Copel-

Sercomtel, para não permitir fazer a CPI do Pedágio, para aliviar a CPI dos Jogos da Natureza. O governo inventou mais 5 CPI's laranjas para colocar, aqui, no Plenário. Uma delas me neguei de participar, porque a CPI da Telefonia tem muito a ver com Legislação Federal. Portanto, nós não teremos acesso a esse controle federal da Telefonia. A administração de verbas do MST é exclusivamente de competência federal. A Assembléia vai pagar vale nisso, não vai conseguir nada com isso.

Mas, eis que, quando menos se espera, instalando a CPI da Telefonia, aqui, na Assembléia, estoura esse verdadeiro escândalo, que é o governo grampeando empresas particulares e o seu próprio governo. Não consigo entender a possibilidade de trabalho de um secretário de Estado que está sendo grampeado pelo seu próprio governo, que clima de terrorismo, que clima de desconfiança. Realmente, me perdoem a dureza da expressão, parece quadrilha, que ninguém confia em ninguém e todo mundo fica grampeando um o telefone do outro, para se proteger contra possíveis denúncias. É lamentável que um Estado como o do Paraná seja notícia num jornal Nacional exatamente por grampo telefônico. E nós tentamos levar isso, aqui, como se nada tivesse acontecido, que isso fosse uma coisa natural.

Olha, deputado Zuk, o maior País do mundo em sua capacidade de domínio, de escravidão inclusive aos Países mais pobres, os Estados Unidos num episódio chamado Whatergate, meus jovens estudantes, derrubou o presidente dos Estados Unidos por causa de um grampo telefônico no partido adversário. Um grampo telefônico num Comitê Eleitoral estabelecido neste edifício Whatergate, por isso passou a história por esse nome, a coisa andou e obrigou a renúncia do presidente Nixon dos Estados Unidos. Aqui, no Paraná, grampeia-se a Assembléia Legislativa, grampeia-se as eleições passadas, grampeia-se o próprio governo, as Secretarias de Governo, há denúncias que existe video comprovando isso, fitas comprovando grampo e o governo faz ouvidos moucos, como se nada estivesse acontecendo, que isso fosse uma coisa natural. É a mesma coisa que no Congresso: entra-se no sistema do painel eletrônico e fraudava voto. Não tem importância nenhuma. Isto é a desmoralização da administração pública. É a desmoralização total e absoluta. É a insegurança do cidadão, que não sabe mais se pode falar no telefone ou não pode, porque pode estar sendo grampeado. E depois, na sequência, podem tirar pedaços de frases para comprometê-lo. Quero que esta Assembléia Legislativa seja solidária ao trabalho da CPI da telefonia, que meio sem querer encontrou uma razão para a sua existência, que a CPI decline para este lado, que busque através da CPI um instrumento necessário para levantar essas questões, para sabermos se alguém tem o direito de entrar na privacidade do outro. Quem, afinal de contas é o responsável por tudo isso? Não é possível continuar com este estado de coisas!

E tomara Deus, senhores deputados, que demore mais uma semana para surgir um novo escândalo, para

que nós possamos esgotar esse que é o da atualidade, do final da semana, porque o do começo da semana já foi esgotado, por esse que aconteceu agora.

Concedo o aparte ao deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Caíto Quintana, o pronunciamento de vossa excelência dispensa complemento tendo em vista a abordagem que faz, mas apenas eu queria fazer um registro com relação à primeira parte do seu pronunciamento. Ouço, na rádio CBN, hoje pela manhã no noticiário, que a Copel está promovendo um seminário com empresários, com pessoas que queriam ou estejam interessadas em construir hidrelétricas. E é claro o objetivo do seminário, dizendo que só a Copel, no Brasil, tem o "know how", o conhecimento sobre esse tipo de obra que gera a nossa energia. Agora, vem aqui o secretário Miguel Salomão, falando que realmente foi um erro praticamente os outros governo terem investido tanto em energia, a própria Copel faz um seminário agora objetivando dar incentivo a empresas particulares que queiram construir hidrelétricas para que o Paraná não venha sofrer com o corte de energia nacional. E nós estamos vendendo a nossa empresa! Vamos fazer seminários, com o conhecimento técnico que temos, para que outros possam construir e nós, aliado a isso, estamos vendendo a nossa empresa.

E a outra, com relação ao grampo, que vossa excelência coloca, vejo o seguinte: o próprio governo coloca que somente agora quem pode dar informação sobre o grampo telefônico, por determinação do governo, é o diretor geral da Polícia Civil do Estado do Paraná, só ele pode falar! E logo após esta notícia no jornal, tem lá uma manchete que o secretário de governo, Gerson Guelmann, vai depor hoje. Quer dizer, se nada foi feito, imaginar, como disse vossa excelência isso é uma coisa normal, corriqueira, uma coisa normal, corriqueira, um secretário de governo vai depor sobre a questão do grampo ocorrido no Estado do Paraná, porque ele é um dos acusados, pela pessoa que fazia os grampos telefônicos! E o que é pior, nós não ouvimos uma posição do governo, dizendo de providências, dizendo de alguma coisa que vai se fazer, com relação a estas denúncias que estão ocorrendo, pelo contrário, todo mundo mantém o silêncio absoluto, nesta hora. Então fica a impressão para as pessoas no nosso Paraná, para nossos cidadãos, que há um desgoverno, absoluto, no nosso Estado. Isso, obviamente, não faz bem à nossa população!

Espero, e gostaria de ver o pronunciamento do nosso governador, dizendo da posição do governo, quando um secretário do governo, que diz que não tem nada a ver com o grampo, mas está indo depor hoje a respeito do grampo que foi feito aqui, no Palácio Iguaçu, em empresas privadas, outros lugares, comitês eleitorais, partidos políticos. Então faço coro a vossa excelência, acho que o Paraná está a exigir uma resposta do governo sobre todas estas questões.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Não há mais tempo.

Mas, eu quero só chamar a atenção dos deputados que não estão a concordar em revogar a lei que vende a Copel.

Nos jornais de hoje está escrito, que a Volkswagen, caso seja confirmado o racionamento de energia elétrica no País, Volkswagen tira o time e vai para outro País, fecha a fábrica no Paraná.

Ora, que é que pode garantir para a Volkswagen que não vai haver racionamento na empresa dela, no Paraná. A Copel, o Governo do Estado pode prometer para a Volkswagen, eu coloco uma subestação da Copel, na frente da empresa de vocês e a capacidade de energia necessária para a empresa funcionar.

O Poder Público Estadual pode, tem 1 milhão de quilowatts sobrando, vendendo para fora. Ele pode!

Agora, nós estamos desperdiçando esse bem tão importante, tão estratégico para o Paraná arriscando daqui a pouco a vender para a iniciativa privada, entrar num processo de racionamento de energia no Brasil, e as empresas estabelecidas no Paraná e no Brasil bandiarem, para outro País, exatamente pela insegurança que tem na sua linha de produção.

Então, esse ângulo tem que ser analisado, sim senhor, sob pena de criar um prejuízo inestimável ao Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Lembro-me como se fosse hoje, a primeira vez que entrei em uma Casa de Leis deste Estado. Moro em Ponta Grossa; lá nasci e estudei os primeiros passos da minha educação que possuo; até hoje.

A nossa professora, naquela oportunidade do Colégio São José - fez a mesma coisa que as suas professoras estão fazendo com vocês. Levaram-me na Câmara Municipal da minha cidade, senhor presidente, e assisti àqueles vereadores, que lá estavam, como nós aqui nos encontramos, fazendo os discursos, elaborando os projetos, discutindo as leis.

Eu, pequenininho, já um pouco mais mocinho olhava aquilo que realmente eu não entendia. A professora nos levou lá, num ambiente totalmente diferente daquele ambiente que conhecia, na minha infância e na minha adolescência. Porque era diferente, era um ambiente fechado como esse, aonde alguns falavam e outros conversavam, outros discursavam, outros anotam como aqueles taquígrafas que aqui se encontram. A imprensa ali presente registrava. E memorizei isso para pedir que realmente, mais alunos, senhor presidente e senhoras professoras deste grande estabelecimento de ensino faça

como fez a nossa professora Teresinha, de Ponta Grossa, quando me levou à Câmara da minha cidade.

Iniciei a minha vida pública, fui duas vezes vereador da minha cidade. Nunca tive político na família; fui prefeito de Ponta Grossa e sou deputado pela quarta vez, por um incentivo das minhas professoras, que além de me dar a oportunidade de conhecer uma casa de leis, me deram também, um espírito cristão que eu possuo.

Agora, quando a juventude se afasta realmente daquele que nos dá a vida, no testemunho que nós tivemos ontem, nas palavras do Ricardo Chab e do presidente Algaci Tulio, que fizeram tudo para que o jovem, como você e o jovem como todos nós do Paraná fosse afastado das drogas, com aquela CPI do Narcotráfico, realizada aqui nesta Casa. Foram ameaçados, tiveram as suas famílias também ameaçadas e eles não arredaram o pé, para tentar salvar, como nós vamos continuar trabalhando o jovem, ir ao encontro da razão como nós chegamos até aqui, sendo vereador, prefeito e deputado, longe das drogas. Porque quem lida com droga, não vai a lugar nenhum. Não existe alguém que vença na vida que seja viciado.

Então, é com satisfação que nós acolhemos vocês, dando a mostra do que é o Parlamento como conheci na minha cidade.

Tenho também a oportunidade de informar a vocês que entramos com um projeto nesta Casa, coisa que foi afastada há muito tempo do banco escolar, que é uma aula de religião. Seja qual for ela, seja a minha católica, seja a do Pastor Takayama Evangélica, seja Presbiteriana, Luterana, seja qual for a religião, mas que tenha uma aula de religião no nosso currículo escolar. E assim o fiz, apresentando a esta Casa um projeto onde retorna uma aula de religião no currículo escolar da nossa cidade e do nosso Estado.

Mas, o que quero, senhor presidente e senhores deputados, é me referir, depois desta explanação que fiz, do exemplo que aqui está, como eles que ali se encontram e no dia de amanhã estarão ocupando os nossos lugares, assentados no lugar do deputado Hermas Brandão, as meninas sentadas no lugar da Rafagnin, nossa grande intelectual deputada, no Plenário como o Pessuti, alguém de vocês como o nosso líder Waldyr Pugliesi, como qualquer um outro companheiro nosso, como o Plauto, como o Augustinho Zucchi, como o Litro. Vocês estarão ocupando os nossos lugares e estarão, realmente, honrando não só o nome de suas famílias, mas nos honrando, copiando os bons exemplos destes deputados e deputadas que aqui se encontram assentados.

Mas, o que quero, senhor presidente, é lastimar o Governo do Estado do Paraná, principalmente, sua excelência, o governador Jaime Lerner, infeliz nessa última ação praticada, quando leva ao Comando da Polícia Militar do Paraná um Coronel que nunca dirigiu nem aula de escoteiro, que dirá a Polícia Militar. Um homem que era ligado à Casa Militar do Palácio Iguazu, que também tem tendências, que vossa excelência, deputado Algaci Tulio,

com o tirocínio que possui e principalmente, com as “mãos limpas”, irá averiguar a fundo o grampo do Palácio Iguaçu. O coronel, nomeado comandante da Polícia Militar, está à altura do Governo do Estado. Parece que a escolha foi semelhante ao rumo que o governo se encontra, um governo tortuoso, um governo que não tem destino, um governo que pega o que é bom da família do meu Paraná e entrega nas mãos dos especuladores. Um governo que pegou as estradas que nós construímos e pedagiu e entregou a grupos que aí estão explorando o pedágio das nossas estradas. Um governo que pegou a Sanepar, que era uma empresa transparente, lucrativa e vendeu para os franceses. Um governo que pega o Banco do Estado e faz um empréstimo, mais de cinco bilhões, e vende por um bilhão e seiscentos dando um prejuízo para esses jovens e para suas famílias e para nós todos, povo do Paraná em mais de três bilhões e quatrocentos milhões de reais. Governo inoperante, governo contra a família, governo que agora nomeia um comandante da Polícia Militar, que vai dirigir essa Corporação briosa, com anos e anos de existência, vai dirigir uma pessoa que não tem competência, que não tem familiaridade, que não tem identificação com a Tropa, que não tem nem o respaldo desta Casa, da maioria dos senhores deputados.

E estaremos, senhor presidente que ocupa a Mesa nesse instante, Irineu Colombo, nós estaremos, juntamente com os deputado desta Casa, vigilantes e estaremos entrando, se oportuno for, com um pedido de afastamento desse indicação, que não vai de encontro com a razão, vai de encontro sim, com o interesse. Parece-me que, Algaci Tulio, nomearam o homem comandante da Polícia Militar para você não querer que ele venha testemunhar aqui no grampo telefônico do Palácio Iguaçu, parece que criaram uma imunidade a este cidadão.

Mas, estaremos vigilantes como estará a CPI, para trazer quem quer que seja e o cargo que ocupar, e se necessário for, trazer até o governador - para ele vir aqui e dizer que não tem nada com o grampo. Se na minha casa alguma coisa acontecer, eu, como chefe da casa, tenho conhecimento. Tenho minha mulher, Peggy, tenho meu filho, João Henrique, e tenho as minhas funcionárias, qualquer coisa que ocorre na minha casa eu sei. E o governador não pode ser inoperante, não pode ser relapso, não pode ser irresponsável se não sabe o que está ocorrendo dentro do Palácio Iguaçu.

Que governador é esse, se qualquer governador como eu, que pertença ao Rotary Clube, o governador do nosso distrito, sabe o que existe, o que fazem todos os clubes dos distritos. Tem um boletim onde mostra a frequência, onde promove os ajustes comunitários através da Avenida de Serviço. Tem o boletim onde mostra todos os procedimentos de todos os clubes. Não é possível que o governador do Estado seja analfabeto, como é o Jaime Lerner, de não saber o que passa dentro do Palácio Iguaçu. Que urbanista é este? É de prancheta, é de desenho, mas não é da razão! Não é da razão!

Me desculpem, senhor presidente, senhores deputados e visitantes. Se me exalto é porque o governador Jaime Lerner do Paraná, irresponsável, não sabe do grampo telefônico! Nomeia um comandante da Polícia Militar - que é o coração da segurança do Estado - um homem que não é identificado com a tropa, um homem que não é nem identificado nesta Casa, que não tem respaldo dos senhores deputados e nem do presidente Hermas Brandão, e muito menos de toda a população do Paraná.

Por isso, senhor presidente e senhores deputados, encerro uma vez mais. Não queria fazer o que fiz na frente dessa platéia jovem, que no dia de amanhã irá nos substituir, mas dando um exemplo para a Casa de vocês. A mídia que esse governo faz na rádio, na televisão e no jornal, é mentirosa! O governador é igual a história do Chapeuzinho Vermelho: este é o “lobão” do Paraná. Este é o “lobão” que aí está, travestido na história do Chapeuzinho Vermelho.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Quero saudar e registrar a presença hoje, dos vereadores Renato, Miguel Moser e Antero Parcianello, de São Jorge do Oeste, e também do assessor do prefeito, o Padrecó, que nos honram com suas presenças.

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

Sejam bem-vindos.

Com a palavra, o deputado Waldir Pugliesi, no Pequeno Expediente.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados, jovens que estão visitando a Assembléia Legislativa do Paraná.

Dirijo-me principalmente aos jovens. Gostaria de conversar com vocês. Tenha nas mãos uma notícia que diz o seguinte, que temos praticamente aqui no Paraná, nos dias de hoje, um milhão de analfabetos. Jovens como vocês, que não sabem nem ler e nem escrever, pessoas que vão terminar seus dias aqui no Estado do Paraná, sem terem a oportunidade de saber ler e escrever. Mas, porque estas coisas acontecem?

Vou falar o seguinte: por exemplo, quando se descobriu este País há 500 anos atrás, logo em seguida se fez a repartição do mesmo. O Maranhão é para fulano de tal; Pernambuco vai ser propriedade de não sei quem. O que é que fizeram desde o começo? Concentraram grande propriedades, concentraram a renda e a propriedade desde o início nas mãos de pouquíssimos brasileiros, ou de pessoas de fora, que vieram para cá. E essa elite dirigente do País, jovens, sempre quis fazer o seguinte: que ninguém soubesse nem ler, nem escrever, porque quando as pessoas não sabem, não têm conhecimento daquilo que elas poderiam ter, é muito é muito mais fácil governar.

É muito mais fácil governar uma sociedade desorganizada, iletrada, que não saiba ler ou escreve, do que uma sociedade organizada, mobilizada, sabendo aquilo a que tem direito, sabendo as lutas que deve travar.

Faço um apelo a todos vocês: se engajem nessa luta, para erradicarmos, todos juntos, a injustiça que temos, não só no Paraná, mas em todo Brasil.

Vejam bem, me iniciei na luta política ainda jovem, no ginásio, quando assim era na época. Participando dos grêmios estudantis, fui para o científico e para a universidade como militante político de esquerda, para transformar esse mundo e a injustiça que existe dentro da sociedade. Sou detentor de vários mandatos ao longo da minha vida. Mas, me iniciei politicamente, poderia dizer, através da minha professora primária, de origem árabe, que desde aquela época, já era engajada nessa luta de libertação do povo da Palestina, escravizados até hoje, um País que praticamente não tem o seu território, que foram tocados das suas casas pela prepotência de outros povos, o que é inaceitável.

Agora, quero dizer para vocês, jovens, o seguinte; imaginem essa situação da Copel. Quem é que fez a Copel? Os avós de vocês, os vossos pais, todos os paranaenses, que nesses últimos 50 anos, estiveram aqui nesse Estado!

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Consulto vossa excelência, se fará uso do Horário da Liderança.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Uso o Horário da Liderança das Oposições, senhor presidente.

Pois bem, todos os governadores que passaram deram uma contribuição para o crescimento, para o fortalecimento da Copel. Agora, esse que está aí há seis anos, esse não! Ele vendeu as estradas, Sanepar, Telepar, quebrou e vendeu o Banestado. A Copel está aí, nós precisamos travar uma luta nas ruas para impedir que se venda a Copel, é preciso que vocês transmitam a posição que nós temos às vossas famílias.

Imaginem se vocês chegassem em casa e o pai de vocês falasse o seguinte: “olha, nós temos uma grande empresa, ela está dando um grande lucro, mas vamos vendê-la não sei para quem.” Vocês fariam: “Pai, você está ficando louco? Vender a nossa firma, nossa empresa, se ela dá lucro, se nós estamos ganhando com ela?”

É assim a Copel no Paraná. Ela dá lucro, é competente, competitiva, é necessária para o amanhã do Paraná.

A Volkswagem agora se retrata, mas o presidente Herbert Demel, falou o seguinte: se não tiver energia, se não tiver água, se não tiver estrada, eles vão embora daqui, como a Chrysler já foi embora de Campo Largo.

Então é preciso que os jovens se mobilizem, é preciso que os jovens tenham consciência daquilo que está acontecendo.

Para quê, vender a Copel?

Outra coisa, que se falou muito aqui, senhor presidente, senhores deputados, a respeito do grampo. O que é o grampo? O grampo é uma prática criminosa. Quem é que está cometendo este crime? Eu não sou de acusar ninguém - antes de que os fatos sejam realmente investigados e aclarados.

Mas, lá no 4º andar do Palácio Iguaçu, existem pessoas, já sabemos disso, que deram ordens para se fazer o grampeamento da vida de pessoas, de empresas, essa coisa toda.

É uma grande vergonha, para o Paraná isso que está acontecendo. Imaginem vocês, lá nas vossas casas, e todas as famílias têm o direito, à intimidade, ficarem sabendo que alguém colocou grampo para escutar o que o seu pai, a sua mãe, o que eles estão dizendo, o que eles vão fazer.

Isso é crime!

O Governo do Paraná, me parece que está entalado até a garganta, nessa ação criminosa. Aliás, quero dizer aqui o seguinte: quero até reparar, deputados, uma injustiça que se faz ao governador Lerner. Estão dizendo que ele não ouve o povo do Paraná. Ouve sim, através dos grampos que instalaram no Palácio Iguaçu.

É desta maneira que esse governador está ouvindo o povo do Paraná.

Então, quero dizer outra coisa: Daqui a pouco, não sei se essa votação vai acontecer, mas no item da pauta, da Ordem do Dia, um pedido do governador. Sabem para quê? Para nós, deputados, autorizarmos ele e à vice-governadora, viajarem sem pedir licença, tempestivamente, pontualmente, até o ano de 2002, precisamente até o dia 31 de dezembro de 2002.

É obrigação do governador vir aqui todas as vezes que ele pretenda viajar e dizer: estou viajando a serviço dos interesses do povo do Paraná. Estou viajando por questões de saúde. Ele que diga! mas que não queira atropelar a Assembléia Legislativa!

Jovens, temos três Poderes, esses oficialmente colocados, porque existem outros poderes que são maiores do que o Judiciário, do que o Legislativo aqui representado pela Assembléia e pelo Executivo. Cada um tem que ser independente.

Essa Assembléia precisa zelar pela sua existência. É preciso que a Assembléia diga: governador, nós nunca negaremos a vossa excelência, bem como à vice-governadora, que possam viajar; desde que seja por estas questões que eu falei: no estrito cumprimento público e no estrito objetivo, por exemplo, se for para tratamento de saúde. Agora, pedir um cheque em branco!

Cheguem vocês em casa e falem assim: Pai, me assine aí cheques em branco até o dia 31 de dezembro do ano que vem, para eu fazer o que bem entender, com o seu dinheiro. Se vocês ainda são dependentes, irão ver o pai e a mãe, negarão esse pedido que, possivelmente, vocês poderão fazer.

Por que é que o governador quer tratar esse Poder desta maneira?

Nós já falamos: Na hora da precisão, ele que compareça aqui. Se for do interesse do Paraná, nós não negaremos a possibilidade de ele viajar. Aliás, quero falar um pouquinho a este respeito. Não sei se vocês sabem, mas ele já fez em torno de 40 viagens ao exterior. Desse período de governo, ele ficou, praticamente, 300 dias fora do Paraná.

Me parece que ele quer bater o recorde do Marco Polo que vocês sabem que é o grande viajante. Este daqui a pouco estará no livro Guinness de recordes.

Nós precisamos fazer com que a sociedade saiba aquilo que está acontecendo. Saber por que tem 500 milhões gastos na propaganda, por exemplo, desse governo, 500 milhões de reais, para que os analfabetos não se rebelam, para que os analfabetos não se organizem, não se mobilizem. Aliás, quero fazer um convite que me foi aqui dado pelo Tribunal de Crimes contra o Latifúndio, procurem comparecer na inauguração do monumento feito por Oscar Niemayer no dia 1º de maio na estrada que liga Ponta Grossa a Curitiba onde assassinaram, depois de uma vergonhosa e aparatosa medida do Governo Estadual para impedir que aqueles que não têm casa, não têm terra, não têm comida, não têm o alfabeto nas suas vidas pudessem vir aqui para se rebelaram contra aquilo que é imposto há séculos àquelas pessoas que querem ter dignidade, que querem viver livremente, que querem buscar a liberdade em todos os cantos. Se rebelam, não sejam aqueles que se utilizam dos pratos feitos que impõem a vocês! Eu, na minha época, como milhões se rebelaram contra as estruturas nas artes, no teatro, na música, na política contra as estruturas injustas a que sempre nós tivemos submetidos.

É bom para nós recebermos aqui a visita renascedora de vocês que serão os condutores do nosso Estado, do nosso País daqui prá frente, logo mais. Mas é preciso que as pessoas, ainda mais neste mundo conturbado e altamente competitivo, é preciso que vocês saibam o que vocês estão fazendo na face da terra, que não sejam instrumento de ninguém, que tenham a liberdade como uma meta fundamental na vida de vocês, a decência, o caráter, não se submeterem aqueles que querem tirar o sol que tem que bater na vida de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Em nome da deputada Serafina Carrilho, anunciamos a presença dos vereadores de Colorado, no Paraná, vereador João Negrão de Oliveira, do vereador Niguinaka. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Próximo orador inscrito, deputado Orlando Pessuti, no Pequeno Expediente, por cinco minutos.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados, alunos e professores do Colégio Nossa Senhora de Fátima, do bairro Tarumã.

Quero nesta oportunidade enaltecer a presença destes alunos e professores na Assembléia, porque entendemos realmente ser de grande valia a presença de estudantes e professores numa Casa Legislativa.

Anteontem quando estava em Brasília numa reunião de trabalho como vice-presidente da Câmara Federal, deputado Barbosa Neto, de Goiás, ele me dizia: Pessuti, eu estou trazendo aqui para a Câmara Federal para conhecer os trabalhos, nossos alunos do quarto ano de Direito lá de Goiânia e fiquei realmente estarrecido, dizia-me ele, de que os 80 alunos que estavam indo para aquele dia de trabalho na Câmara Federal, que dentre os 80 alunos do quarto ano de Direito, morando a 100 quilômetros ou 150 quilômetros de Brasília, apenas quatro estudantes do quarto ano de Direito conheciam a Câmara Federal.

Se o povo não conhece o seu Legislativo, certamente não haverá de conhecer os integrantes do seu Legislativo e muito menos o trabalho que eles desenvolvem.

Por essa razão é que aplaudimos a iniciativa do ex-presidente Nelson Justus, e que prospera na administração do presidente Hermas Brandão, de aqui vemos funcionar, a todo o vapor, o projeto Legislador do Futuro, onde estudantes, acadêmicos, possam vir à Assembléia Legislativa e aprender, exercitar um pouco essa parte importante da cidadania, que é ser um parlamentar, um legislador e um agente de fiscalização dos atos do Poder Executivo.

Quero também, senhor presidente, somar às palavras do meu Líder das Oposições, deputado Waldyr Pugliesi, no que diz respeito a essa matéria que vai ser discutida e deliberada logo a seguir, que diz respeito à autorização que pretende o governador para se ausentar do País, sem autorização prévia da Assembléia Legislativa, em cada uma das viagens que vai realizar até 31 de dezembro de 2002. O governador está nos pedindo alguma coisa, como um salvo-conduto. Uma permissão para que se ausente do País, sem que motivação maior possa ter, nos momentos em que entender que possa se ausentar do País. Porque esse juízo de autorizar ou não a saída tem que caber, sim, ao Poder Legislativo, porque em um determinado momento pode até o governador querer se ausentar do País para fugir à responsabilidade do cargo, num momento de crise do Estado.

Agora, o governo está passando por pesadas críticas, pelo grampo que aconteceu, oriundo da sua própria estrutura palaciana. De repente, o governador, que não gosta de se incomodar com assuntos polêmicos, resolva ele fazer mais um passeio para o exterior, e ele, tendo já uma autorização prévia na Assembléia, diz que está indo lá para tratar de intercâmbio, convênio ou contrato e vai embora. Fica lá dez, quinze dias e espera a poeira baixar e depois volta, belo e faceiro, para o Palácio Iguaçu.

Entendo que as autorizações, quando justificadas, devem ser autorizadas ou não, dependendo da conveniência daquele momento, Entendo que hoje por exemplo,

nenhum argumento, a não ser algum de caráter pessoal problema de saúde da sua família, nenhum outro assunto de interesse do Estado poderia nos levar, a autorizar o governador a se ausentar do Estado em um momento como esse, em que se discute um dos maiores escândalos surgidos dentro do Palácio, que é o grampo telefônico.

Por essa razão, senhor presidente, senhores deputados, quero desde já manifestar, como já o fiz, quando essa mensagem chegou, meu voto contrário a esse projeto de decreto legislativo, que visa dar ao governador autorização para que ele viaje sem a autorização prévia da Assembléia até o dia 31 de dezembro de 2002. Acho isso um absurdo e entendo que é jogar a Assembléia na lata do lixo, usando-nos como capachos, porque afinal de contas o Poder Legislativo tem que ser respeitado, não em apenas um dia, dos quatro anos de mandato; ele tem que ser respeitado todos os dias em que o mandato transcorre.

Uma mensagem dessa grandeza, desse quilate, à Assembléia Legislativa, antes de mais nada é um desrespeito e uma afronta à inteligência dos deputados.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

No Pequeno Expediente, o próximo orador inscrito, deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados.

Ontem, em aparte ao deputado Ricardo Chab, externei meu inconformismo, minha preocupação com o relatório apresentado pela CPI desta Casa, destinada, vejam bem o título, a investigar o narcotráfico e o crime organizado, no Estado do Paraná. Vejam bem, senhores parlamentares, o título, o peso que aparentemente tinha que ter os trabalhos desta CPI!

Confesso que havia lido superficialmente o relatório, mas que havia ouvido o deputado Ricardo Chab. De ontem para hoje, li e reli, pelo menos três vezes o relatório, que aliás, computando todas as partes, 70 páginas, a parte específica, que é que nos interessa, das conclusões desta CPI, não tem mais que 24 páginas. Simples, simplista, superficial, omissivo.

Aliás, esta CPI tem um pecado de origem, ela vem com a nódoa de uma artimanha regimental, pois que quando foram colhidas as assinaturas necessárias para se implantar uma CPI que estava no momento sendo discutida e proposta pelos partidos de Oposição, e o PSDB, com seus parlamentares, decidiu em bloco assinar a CPI e eis que a bancada governista, no dia 3 de abril se antecipou, e com uma manobra regimental, instalou 5 CPIs, entre elas essa CPI do Narcotráfico, que veio, na verdade, não para investigar, mas para criar uma cortina de fumaça, veio para criar dificuldades para se apurar a veracidade das graves denúncias que estavam espocando, pipocando, no Paraná e no Brasil, pela passagem da CPI do Narcotráfico nacional. Naquele instante, inclusive o Governo do Estado, através de uma manobra, também

uma atitude para tentar pelo menos dar uma satisfação para a sociedade, criou a tal da Comissão de Alto Nível, por decreto, Decreto nº 18/37, de 13 de março de 2000, composta por secretários, alguns promotores convidados, que não deu resposta nenhuma à sociedade, sobre coisa nenhuma, além daquilo que a CPI Nacional já havia divulgado, no Estado do Paraná.

E lendo o relatório aqui, no título 3, das conclusões, em 3 ou 4 páginas o relatório apenas fala da Comissão de Alto Nível, traz aí os seus integrantes, faz uma espécie de elogios ao trabalho da comissão, e fica por aí. Na sequência fala da queima de arquivo e lista nomes de meia dúzia de jovens que teriam sido assassinados, fartamente divulgado pela imprensa, na periferia da cidade, provavelmente entre “gangs”, “gangs” de traficantes, distribuidores de drogas na periferia da cidade.

Na sequência fala das crianças desaparecidas e a conclusão, nesse item aqui, não passa de um elogio formal da CPI, vazado nos seguintes termos: “concluindo, neste sentido gostaríamos de elogiar o órgão estadual, Cecride, que desde a criação apurou praticamente todos os casos”. Um tópico especial para elogiar a tal Cecride aí, alegando o problema de sumiço de crianças, palpitante, mas que não foi apurado em momento algum. Se aprofundou muito na questão da venda de órgãos do IML; nada de concreto também. Fala do Porto de Paranaguá e como conclusão entendemos também que há impossibilidade legal e instrumental de fiscalização dos containers, no Porto de Paranaguá, o Brasil e o Paraguai. Fica nisso, fala do roubo de automóveis e cominhonetes e chegam à conclusão realmente preocupante porque das 150 caminhonetes roubadas aqui na região de Curitiba, apenas duas foram recuperadas.

Pelos atos e pelas diligências efetuadas pelos próprios proprietários, mas na sequência, diz o relatório: “Gostaria de enaltecer os relevantes trabalhos realizados pelos agentes integrantes da 2ª Sessão do Estado Maior da Polícia Militar. Quer dizer que chega à constatação terrível que, de 150 caminhonetes furtadas, apenas 2 foram recuperadas por ação dos seus proprietários e na sequência elogia a polícia.

No item mais polêmico, da criação dessa CPI que fala das drogas, o item 3-7, vazado, exatamente em duas páginas de papel sulfite. Apenas duas páginas de papel sulfite, foram as conclusões que chegou a nossa CPI do Narcotráfico, do Estado do Paraná. Duas páginas senhor presidente e senhores deputados.

Ainda faz uma análise do problema do porquê existe o tráfico de drogas no Brasil, no Paraná e no mundo. Viaja para os Estados Unidos e para o resto do Brasil, diz que fizeram verdadeiro feed-back entre a CPI e a Promotoria de Investigação Criminal - PIC. Aí, fala em determinado momento que denúncias serão enviadas à PIC através de relatório secreto. Olha, como é que vou votar e aprovar relatório secreto, aqui sem conhecer? Esta Casa tem poderes para conhecer, para esmiuçar, e precisa saber o que está acontecendo. Por que a Promotoria de

Investigação Criminal, tem que ter informações privilegiadas que nós não podemos ter? Por que o secretário de Segurança vai ter informações privilegiadas que nós não podemos ter? Ora, quero saber senão não voto a favor desse relatório.

Na sequência o relatório, entrevista um réu preso e só faz uma constatação que é notória, sabida de todo o Estado que aliás, foi levantada pela CPI Nacional de Narcotráfico, que um dos grandes traficantes do Estado do Paraná e financista do narcotráfico é o senhor Hissam Hussein Dehaine, e acaba por aí, todo o relatório a respeito do narcotráfico, no Estado do Paraná. Quer dizer, não dá para aceitar um relatório com tamanha singeleza, simplismo e falta de informações.

Na questão lavagem de dinheiro, apenas uma menção ao trabalho feito pelo doutor Antonio, Promotor Federal que estava em Cascavel, e levantou esta questão. Aí, dedica um pouco mais de tempo e páginas a questão específica a Região Oeste do Paraná que é minha região, que conheço muito bem. Fora as entrevistas feitas a alguns policiais já presos. Já presos. E o fechamento de um pequeno ferro-velho na cidade de Medianeira do senhor Marafon, mais absolutamente nada.

Desse trabalho conclui-se que os principais fornecedores de maconha e haxixe para o Estado do Paraná, advém do vizinho País Paraguai. Grande conclusão; isso aqui até as crianças do pré-primário sabem; que a droga vem pelo Paraguai, passa pelo Estado do Paraná para ir para São Paulo. Como é que ela vem até Curitiba? Quem é que deixa de trazer? Quem é que está ganhando dinheiro com essa história? Qual é o envolvimento de agentes públicos? Qual é o envolvimento de particulares nesse episódio? Quer dizer, como conclusão: concluímos que a região composta pela cidade de Foz do Iguaçu e os municípios limítrofes é um dos maiores pólos de trânsito de drogas do Estado do Paraná e um importante ponto de entrada de narcotráfico.

Grande constatação. Aliás, isso, só depõe contra a minha cidade, Foz do Iguaçu, só prejudica a minha cidade, que aliás, está cansada da pecha de “Geni” da cidade do Estado do Paraná, e ninguém aponta ninguém, responsabilizando ninguém, por coisa nenhuma. É muito fácil falar contra Foz do Iguaçu e aquela região da fronteira. Agora, tem que apontar quem é que está cometendo algum tipo de ato ilícito, de crime.

Concluo meu pronunciamento fazendo a leitura do relatório. Nenhuma novidade, nada de sério. Não quero desmerecer o esforço, a dedicação e a boa-vontade dos parlamentares que compuseram esta comissão. Não sei se tem muita coisa em relatórios confidenciais - não admito aprovar sem conhecê-los ou em documentos que estão não sei onde. O fato é que temos que nos pronunciar em cima deste relatório. E não vou aprovar este relatório porque seria o mesmo que dar atestado de boa conduta àqueles que vivem da desgraça humana, principalmente na questão da droga, aqueles que vivem ganhando muito

dinheiro atuando no crime organizado no Estado do Paraná, e particularmente, na minha região.

Reitero aqui a minha indignação, a minha frustração com o resultado dos trabalhos da CPI do Narcotráfico que vai ter meu voto contra se for submetido a esta Casa, este relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhores deputados.

Usando mais uma vez hoje a tribuna desta Casa, eu que sou um deputado do interior, um deputado “pé vermelho”, que represento a força do Paraná, e, principalmente, o município de Campo Mourão que tem uma das melhores empresas privadas do Paraná - que é a Cooperativa Cohamo. Não poderia, neste momento, deixar de aqui trazer o contentamento, o agradecimento a esta Casa de Leis pelos nossos trabalhadores, o pequeno agricultor que é o herói da existência da cidade, porque é ele que trabalha, é ele que planta, é ele que vai gastar seu dinheiro no armazém, na farmácia, no açougue, no supermercado.

Senhores deputados, não me arrependo, jamais, eu que comecei minha vida como um simples vereador em Campo Mourão, fui prefeito da cidade de Luisiânia, um distrito estadual. Não me arrependo de projetos que foram aprovados, aqui nesta Casa, projetos de alcance social - um dos melhores do País e exemplo para o mundo. Quando aprovamos uma mensagem do Governo do Estado do Paraná - governo Jaime Lerner, com a aprovação, a eficiência e a competência do secretário da Agricultura hoje como presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, um projeto voltado aos interesses do nosso trabalhador, do pequeno agricultor da mão calejada, que está no interior trabalhando para ajudar a crescer o Paraná e os municípios, quando vem uma Mensagem do Paraná 12 meses, que esta Casa aprovou.

Senhores deputados, só na região de Campo Mourão, dinheiro a Fundo Perdido, que nunca este Estado viu e nenhum dos Estados do Brasil; foram quase 5 milhões. Deputado Plauto Miró da cidade de Ponta Grossa, 5 milhões de reais de dinheiro a Fundo Perdido para o nosso pequeno trabalhador, para sua família e seus filhos. Um exemplo que vou dar hoje: lá no município de Nova Cantu, um pequeno agricultor que tem apenas um alqueire de terra, e vocês sabem que para quem tem um alqueire de terra é muito difícil sua sobrevivência, para sobrar um dinheiro para ele fazer uma reforma na sua casa, para ele ter um banheiro digno para sua família, não sobra dinheiro. Mas o Governo do Estado do Paraná, através do Projeto Paraná 12 Meses, através do nosso ex-secretário deputado Hermas Brandão e com o apoio desta Casa, lá em Nova Cantu, quando nós

fomos entregar 272 mil reais, até 2 mil reais para cada família, mil e duzentos para reforma de sua casa e oitocentos reais para fazer o seu banheiro; pai de família chorando, agradecendo ao Governo do Paraná e agradecendo ao secretário da Agricultura, hoje nosso presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão, por recursos a fundo perdido.

Nós temos o município de Barbosa Ferraz que foram quase 400 mil reais a pequenos agricultores. Nunca existiu isso, e no governo Jaime Lerner isso aconteceu. Outro projeto importante.

Eu que sou professor de contabilidade geral, professor de administração geral, professor de orientação ocupacional e professor de organização de empresas.

Tivemos escolas na região de Campo Mourão, que há 20 anos não recebiam um centavo de recursos do governo. E através do Proem, que esta Casa aprovou, um projeto do Governo do Estado, do senhor Jaime Lerner, nós levamos recursos a Goioerê, da ordem de 3 milhões e meio, para se fazer uma reforma na escola que estava caindo, para ali se ter uma escola com quadra coberta para que o aluno seja feliz e para que o professor administre aula contente, porque a escola é sua segunda casa.

Para vocês terem uma idéia, deputado Orlando Pessuti, só com recursos do Proem a Fundo Perdido entre Campo Mourão e abrangentes de Goioerê, foram mais de 7 milhões de reais aplicados a Fundo Perdido nas escolas. Dá gosto de você ir nas escolas hoje e ver o trabalho do nosso diretor, do conselho de alunos, da APM, em conjunto, trabalhando com os alunos e com os pais, porque são eles que administram o dinheiro que o governo repassa, porque o governo tem confiança nos professores, porque o governo tem confiança nos alunos e nos pais, porque eles, de um tostão, fazem valer um milhão.

Levamos recursos de 30 mil reais para uma escola e outro dia fomos inaugurar, fiquei surpreso, deputado Augustinho Zucchi, de 30 mil reais o diretor da escola, os pais e os alunos fizeram uma quadra coberta, coisa mais linda! É preciso tirar o chapéu para os pais, para os alunos e para os nossos professores, porque eles sabem administrar os recursos que o governo manda a Fundo Perdido.

E aqui ainda, relatar, senhor presidente, um dos projetos maiores do Brasil, porque não falar do mundo, foram vendidos mais de 330 Vilas Rurais do Governo do Estado do Paraná. Temos municípios da nossa região, o deputado Pessuti sabe disso, só o município de Iretama recebeu 4 Vilas Rurais. Olha, gente, quando visito as Vilas Rurais me sinto emocionado de ver a alegria daquele trabalhador, daquele pai de família que com os seus filhos foi morar numa casa digna, recebeu 5 mil metros de área, recebeu uma casa para pagar 18 reais de prestação. Isso é um governo social e não podemos esquecer, muitas vezes criticamos por causa de um grampo, mas na própria família é irmão que trai irmão, é mulher que trai o marido, é o marido que trai a mulher, no governo também foi traído por funcionários. E o governo

está tomando as devidas providências para que isso seja punido.

Portanto, eu que sou um deputado que defendo o governo, sou um deputado que levo recursos para o nosso interior.

Preciso hoje declarar e fazer este pronunciamento daquelas pessoas que têm gratidão ao Governo do Paraná por recursos a Fundo Perdido.

E, como deputado, orgulho-me de visitar as Vilas Rurais, de visitar as escolas e de visitar o pequeno sítio, que ali as obras foram feitas.

Era isso, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Pela ordem, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Solicito verificação de quórum, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Então, solicito, como não estamos em regime de votação, ao primeiro secretário que faça a chamada para a verificação de quórum.

(O senhor 1º secretário procede à chamada nominal)

Responderam à chamada quinze senhores parlamentares. Não há quórum para o prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a presente sessão.

O SR. BERALDIN

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Pela ordem, ainda deputado Beraldin.

O SR. BERALDIN

Senhor presidente, antes que se encerre a sessão, gostaria de comunicar à Casa, o falecimento do jornalista Dino Almeida, que foi um dos jornalistas que marcou época, há mais de quarenta anos de profissão. Ele que foi também funcionário desta Casa, que prestou relevantes serviços ao Estado do Paraná e, naturalmente, com a sua competência e a sua determinação, chamou a atenção do Brasil inteiro. Era comum comentários no jornal O Globo, no Jornal do Brasil, Folha de São Paulo, o Estadão, o destaque que ganhava Dino Almeida.

Dino Almeida que mobilizou a sociedade em grandes festas, atraindo grandes artistas nacionais, sempre os mais atuantes, sempre estiveram aqui em Curitiba. Ele que prestou um serviço inestimável para a população do Paraná, e não poderia me furtar de comunicar à Casa e

desejar um voto de profundo pesar em nome da Casa, à família de Dino Almeida, que, naturalmente, estão todos vivendo um momento de grande emoção.

A Câmara de Vereadores de Curitiba onde está sendo velado o corpo do jornalista Dino Almeida, está tendo uma presença impressionante de pessoas, admiradores, amigos.

Esta Casa não pode deixar de registrar a grande passagem nesta vida e que Deus o tenha num campo superior.

Obrigado.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, a Casa nesta manhã, depois de tantos discursos, dá demonstração, por parte de alguns parlamentares, de total irresponsabilidade. Todos nós, que estamos aqui neste plenário, não fizemos mais do que a obrigação de estarmos presente. No entanto, alguns vieram, e quero nominar aqui o deputado Sérgio Spada, que irresponsavelmente sobe à tribuna, faz um discurso criticando a Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual teve a honra de presidir e que teve a presença de um representante de Foz do Iguaçu, deputado Chico Noroeste, que vem à tribuna desde ontem procurando fazer críticas e desonrar aqueles que participaram desta CPI, e, lamentavelmente, sai do plenário, não fica aqui para ouvir.

Pretendia ocupar a tribuna e responder uma a uma as questões levantadas, como fiz ontem aqui, ao deputado Sérgio Spada. Tenho certeza que as suas críticas não são diretamente ao deputado Algaci Tulio, que foi o presidente, e nem ao deputado Ricardo Chab que foi o relator. Mas é, certamente, uma briga local, e que procura denegrir a imagem do deputado Chico Noroeste, que participou desta comissão e que é da cidade de Foz do Iguaçu.

Lamento. Um homem que já foi deputado estadual por várias ocasiões, que já foi deputado federal e em nenhum momento, nesta Casa, levantou a voz para denunciar os desmandos que ocorreram e que ocorrem na cidade de Foz do Iguaçu. Não estou em minha defesa, mas em defesa da CPI. Indiretamente as acusações feitas pelo deputado Sérgio Spada estão atingindo, no todo, esta Casa também, porque não quer admitir o trabalho, o relatório apresentado por esta Comissão.

Gostaria que ele estivesse aqui. Mas me preparo para a semana que vem, e quero travar nesta Casa um debate com ele, que no momento em que foi indicado para ocupar a CPI, não se fez presente; preferiu fazer sua campanha política lá em Foz do Iguaçu. E, certamente, em nenhum momento procurou trazer subsídios para a Comissão que esteve na sua cidade e que esteve lá recebida pelo deputado Chico Noroeste.

Senhor presidente, queria fazer este registro em nome desta CPI e desta Casa, que está sendo manchada pela forma como se posiciona o deputado Sérgio Spada.

Se tem uma questão regional, que trave essa questão regional lá na sua cidade, que não queira denegrir a

CPI, por tabela, e querer atingir o deputado Chico Noroeste, porque nós não vamos aceitar.

Obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem)

Lamentavelmente a sessão de hoje, onde pretendíamos prestar uma homenagem ao político, ao jornalista Dino Almeida, infelizmente pela presença de inúmeros companheiros nossos, deputados que estão no Palácio do Governo assinando convênios com as reformas de delegacias de diversos municípios do Paraná, não houve condições de dar prosseguimento a esta sessão.

Só queria me associar às palavras do deputado Beraldin. Também estava aqui com um pronunciamento pronto, com requerimento falando da pessoa de Dino Almeida, do que ele representa, não só essa situação hoje triste para sua família, como também ao Paraná, principalmente à imprensa do Estado, à Gazeta do povo.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Pela Ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Pela Ordem, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Também gostaria de me manifestar pela perda que a nossa cidade tem, com o jornalista Dino Almeida, e o Estado do Paraná também. Gostaria que a Assembleia Legislativa acatasse nesta sessão a solicitação de pesar feito pelo deputado Beraldin, e que em nome de todos os deputados, do Poder Legislativo, enviasse os nossos mais profundos sentimentos, pela morte do jornalista Dino Almeida.

E queria também, senhor presidente, senhores deputados, dizer ao deputado Algaci Tulio, que eu tenho total tranquilidade para participar desse debate à respeito da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, e dizer ao deputado Sérgio Spada, que na semana que vem, nós podemos travar um bom debate e um bom esclarecimento sobre as questões relativas a Foz do Iguaçu.

Quando estava participando da Comissão Especial ainda anterior à CPI, tive oportunidade de tomar conhecimento e fazer algumas diligências na cidade de Foz do Iguaçu. E, se há uma região no Estado do Paraná, aonde os problemas de segurança são gravíssimos, é a região de Foz do Iguaçu.

Então, acho que o deputado Sérgio Spada talvez não tenha conhecimento das questões, e no momento oportuno poderemos travar um bom debate para esclarecer o que acontece na cidade de Foz do Iguaçu do ponto de vista da lavagem de dinheiro, do tráfico de drogas, do roubo de cargas, de carros e dos problemas relacionados à fronteira com o País vizinho, que é o Paraguai.

Então era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Senhores deputados, esta Presidência determina então ao diretor geral da Assembléia que emita ofício de condolências a família do eminente jornalista, em nome da Casa.

E também comunica que a Ordem do Dia de hoje, será a Ordem do Dia da próxima sessão, na segunda-feira próxima.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 628/99

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 097/99, 016, 027, 032 e 071/2001

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 653/99 e 190/2000

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/2001

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2001

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 44/2001

Colocar à disposição do Tribunal de Alçada, a servidora deste Poder Legislativo, SILVIA HELENA RODRIGUES MOMO, matrícula nº 4707, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2001.

(Prot. 3927/2001)

PORTARIA Nº 45/2001

mandar incorporar para todos os efeitos legais ao acervo de serviço público, de DELÔRA BUENO FERREIRA DO AMARAL CARVALHO, matrícula nº 40.607, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente universitário, lotada na Coordenadoria das Comissões, o tempo de 6 (seis) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21

de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3010/2001)

PORTARIA Nº 46/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARIA REGINA SUBTIL, matrícula nº 40436, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo N-64, lotada na Coordenadoria das Comissões, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2991/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.04.2001.

PORTARIA Nº 47/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LUIZ EDUARDO MACHADO, matrícula nº 40427, funcionário desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo N-64, lotado na Tesouraria, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3861/2001)

PORTARIA Nº 48/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ANA MARIA ANTUNES, matrícula nº 40203, de trinta (30) dias, a partir de 19 de abril de 2001, término 18 de maio de 2001. CID.198.9/0.

(Prot. nº 3998/2001)

PORTARIA Nº 49/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, MARCIA BORIO WOJTUNIK, matrícula nº 41010, de sessenta (60) dias, a partir de 16 de abril de 2001, término 15 de junho de 2001. CID.M.65.4.

(Prot. nº 3858/2001)

PORTARIA Nº 50/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, IZABEL CONCEIÇÃO S. DE CRISTO, matrícula nº 00611, de trinta (30) dias, a partir

de 16 de abril de 2001, término 15 de junho de 2001. CID.N.20.

(Prot. nº 3857/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.04.2001.

(a) ABIB MIGUEL